



APONTAMENTOS SOBRE A FORMAÇÃO DA REDE URBANA NA REGIÃO DO VALE DO RIO DO PEIXE - SC

Diego da Luz Rocha ¹

RESUMO

A análise da formação da rede urbana no Vale do Rio do Peixe em Santa Catarina se faz necessária para entender a dinâmica econômica regional, sem deixar de lado o uso da categoria de análise de Milton Santos da formação socioespacial. O presente artigo tenta elucidar o processo histórico da ocupação da área em estudo, bem como os desdobramentos deste processo na configuração da rede urbana e suas interações. Para tanto, o uso de livros, artigos e dados estatísticos foram relevantes para confecção das informações e, sobretudo, para delimitar as possíveis transformações que a mesorregião Oeste vem sofrendo com redirecionamento dos investimentos em setores produtivos do Estado. A pesquisa se encaminhou no sentido de mostrar a divisão territorial do trabalho, além da hierarquia urbana entre as cidades do Vale do Rio do Peixe, do Oeste e do restante do estado para demonstrar que muitos municípios exercem influência e a recebem de cidades distantes. O artigo não esgota as discussões acerca do tema proposto, mas tenta desenvolver as questões que levaram a região em estudo a passar por transformações sociais e econômicas, contribuindo para alcançar resultados econômicos regionais e estaduais.

Palavras-chave: Rede urbana; Vale do Rio do Peixe; Hierarquia; Hinterlândia; Centralidade.

ABSTRACT

The analysis of the formation of the urban network in the Vale do Rio do Peixe in Santa Catarina is necessary to understand the regional economic dynamics, without neglecting the use of Milton Santos' analysis category of socio-spatial formation. This article tries to elucidate the historical process of occupation of the area under study, as well as the consequences of this process in the configuration of the urban network and its interactions. For this purpose, the use of books, articles and statistical data were relevant for the preparation of information and, above all, for delimiting the possible transformations that the western mesoregion has been suffering from, with the redirection of investments in the productive sectors of the state. However, the research directed towards showing the territorial division of labor, as well as the urban hierarchy between the cities of the Rio do Peixe Valley, the West, as well as the rest of the state, to demonstrate that many municipalities exert influence and receive from distant cities. The article does not exhaust the discussions on the proposed theme, but tries to develop the issues that led the region under study to undergo social and economic transformations, contributing to achieving regional and state economic results.

¹ Doutorando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, rochageologia@gmail.com;



Keywords: Urban network; Vale do Rio do Peixe; Hierarchy; Hinterland; Centrality.

INTRODUÇÃO

Compreender o processo de formação da rede urbana e suas interações espaciais através da formação socioespacial é um esforço essencial para acompanhar as dinâmicas e transformações econômicas nas mesorregiões catarinenses, sobretudo no Oeste do estado de Santa Catarina. Para tanto, os processos histórico-sociais têm relevância na formação de cada mesorregião do estado, visto que no Oeste a estrutura populacional, produtiva e econômica sofreu grandes transformações no final do século XIX e início do século XX.

A participação econômica da região se fez presente na produção da erva-mate e da madeira e, a partir da década de 1920, na produção mercantil e de alimentos. Este último obteve destaque a partir de 1930 quando a indústria de derivados de carne suína iniciou o processamento e venda para outros estados do Brasil, em períodos diferentes. A mudança na participação econômica da região na economia estadual faz lembrar uma citação de Milton Santos, ao dizer que: “sem dúvida nenhuma, a procura cada dia mais desordenada de um lucro máximo nesta fase de expansão do sistema capitalista faz com que este prefira certas localizações e despreze a outras (SANTOS, 2012, p.168)”. É neste contexto que algumas cidades da região Oeste catarinense se desenvolveram enquanto outras não acompanharam tal processo. No Vale do Rio do Peixe há poucas cidades desenvolvidas, que concentram empregos, a renda e a prestação de serviços, enquanto outras acabam sendo influenciadas e perdem seu poder de agir sobre as demais.

É neste sentido que o texto será conduzido: uma tentativa de delimitar o processo de formação histórico-social da região Oeste do estado para entender o processo de ocupação, a origem das atividades econômicas, o fortalecimento das agroindústrias, a formação de rede urbana e evidenciar as cidades-polo do Vale do Rio do Peixe com sua dinâmica atual sobre as atividades econômicas e populacional.

Compreender os fatores que levaram a região a passar por diversas transformações que a inseriram progressivamente nas relações internacionais, permite delimitar os principais municípios que se configuram como cidades intermediárias,



exercendo influência nos demais municípios menores. Neste sentido, o trabalho buscará alcançar alguns objetivos concernentes à organização social existente antes da inserção do capital estrangeiro; surgimento dos primeiros municípios na região do Vale do Rio do Peixe/SC; avanço da colonização; formação da rede urbana/hierarquia urbana e surgimento das cidades intermediárias.

METODOLOGIA

Para realização do presente trabalho utilizou-se da revisão bibliográfica do tema, a partir da leituras de livros, artigos, teses, dissertações, e da análise dos banco de dados disponíveis para compreender as transformações socioeconômicas do local de estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Antes de escrever sobre a formação histórica do Oeste catarinense é preciso ressaltar o que é espaço. Segundo Milton Santos

O espaço é matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem tanto domínio sobre o homem, nem está presente de tal forma no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontros, os caminhos que unem entre si estes pontos são elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam sua prática social. A práxis, ingrediente fundamental da transformação da natureza humana, é um dado socioeconômico, mas é também tributária das imposições espaciais. O espaço, portanto, é um testemunho; ele testemunha um *momento* de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada. Assim, o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto outros criam novas formas para se inserir dentro delas (SANTOS, 2012, p.172-173).

No início do século XX a mesorregião Oeste no estado de Santa Catarina, passava por transformações socioeconômica que, resultaram em uma série de mudanças em vários setores, sobretudo com a inserção do capital estrangeiro que se materializou na construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, margeando o rio do Peixe no estado catarinense. Para tanto, trazer para esta discussão à categoria de análise da formação socioespacial, é de suma importância para compreender o processo de formação histórico-social não somente do Vale do Rio do Peixe, bem como de toda mesorregião Oeste de Santa Catarina.



Para Santos (1977) a formação socioespacial é a análise de tudo aquilo que é concreto em uma sociedade, sem dúvida, abrangendo vários setores que possam explicar o processo de formação social, como por exemplo: a evolução, as mudanças históricas e suas relações em dada localidade. Na definição do autor a ação do ser humano está implícita ao meio. Milton Santos, no livro “Por uma Geografia Nova”, também contribuiu para o entendimento da categoria de Formação Social, quando aborda que:

Dominado por um modo de produção, o mundo cria objetos segundo uma certa *ordem histórica*, uma história que envolve a totalidade dos países. É através de cada Formação Social que se cria e recria, em permanência, uma *ordem espacial* de objetos que é paralela à ordem econômica, à ordem social, à ordem política, todas essas ordens atribuindo um valor próprio particular, às coisas, aos homens e às ações promanando dela. Por isso, a Formação Social constitui o instrumento legítimo de explicação da sociedade e do espaço respectivo (SANTOS, 2012, p.236).

Esta categoria de análise, como bem pontuou Santos (1977), permite compreender a produção e a força produtiva que, em segundo momento, geram acumulação de capital que contrapõem áreas de pequena produção mercantil e latifúndios no sul do Brasil, especificamente no vale do Rio do Peixe e Oeste do estado de Santa Catarina. Também vale a pena destacar que

O estudo histórico da formação do espaço após a chegada do modo de produção capitalista dará as bases para a generalização indicada acima, e o estudo das formações econômicas e sociais constitui o melhor alicerce para um enfoque dessa natureza, pois sendo uma categoria teórica, as formações sociais não existem senão pelos seus aspectos concretos, entre os quais os modos de produção concretos que as constituem e que possibilitam chegar a compreender a especificidade de cada sociedade (sua evolução própria, suas relações externas e internas, combinações tecnológicas, de capital e de trabalho), como realidade historicamente determinada com base territorial. Uma formação social não pode ser estudada sem que sejam considerados aqueles dois conjuntos de relações definidos, há tempos, por Lênin: as relações horizontais e as relações verticais. As relações horizontais nos dão a estrutura interna da sociedade, as relações verticais nos indicam as relações de uma sociedade com as outras sociedades (...)

Essa categoria concerne à evolução diferencial das sociedades – em seu próprio quadro e em relação com forças externas das quais frequentemente lhe vem um impulso motor. Acima de tudo, a base fundamental da explicação vem da produção, isto é, do trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta (SANTOS, 2012, p.245- 246).

Esta análise de Santos (2012) abrange com perfeição o processo de ocupação que ocorreu a partir da década de 1910 na região do Vale do Rio do Peixe em Santa Catarina. Foi nesta década que grande quantidade de migrantes do Rio Grande do Sul adentraram o estado catarinense pelo rio do Peixe, fixando-se nas margens do rio



principal e de seus afluentes, onde a linha férrea apresentava condições de escoamento de mercadorias para o litoral e para outros estados.

Os municípios da área em estudo começaram a se formar a partir de 1896 com o desmembramento de Lages. Em sequência surgiram outros dois, Curitibanos e Campos Novos, sucessivamente. A partir daí o Oeste inicia outro tipo de ocupação com atividades econômicas que, outrora eram exercidas pelos indígenas, passam a ser desenvolvidas por posseiros e caboclos que habitavam tais localidades.

A partir de 1855, o transporte ferroviário ganhou destaque no Brasil como parte do projeto de desenvolvimento em infraestrutura para o interior do país, embora a ocupação literânea ainda fosse mais intensa. Radin (2001, p.33) vai pontuar sobre a proposta da construção de estradas de ferro no interior do território brasileiro afirmando que “o decreto que apresentava a primeira proposta brasileira para construção da estrada de ferro deixa implícita a preocupação com a ocupação e integração do referido território”. As construções das estradas de ferro tornam-se realidade já no início do século XX, provocando uma “febre” no país na tentativa de modernização do Brasil (MEIRINHO, 2012). No Vale do Rio do Peixe em Santa Catarina, esse projeto de integração econômica chegou no final do século XIX, com a construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, finalizada em 1909.

Com a estrada de ferro concluída e com o interesse do governo do estado catarinense de ligar o interior de Santa Catarina com o restante do Brasil através da rede de transporte e, posteriormente com a comunicação, iniciou-se uma política destinada à colonização. Conforme aponta Pertile (2008, p.61), “o Governo repassou aos estados o encargo de inventariar as terras devolutas para que, então, pudessem ser destinadas à colonização”. A partir deste momento começam a se formar pequenos núcleos urbanos, com pessoas que vinham de outras regiões do estado catarinense, como os migrantes alemães vindos do Leste do estado, bem como os italianos vindos em sua maioria do norte de Rio Grande do Sul, além dos imigrantes italianos, alemães, poloneses, entre outros, distribuídos em pequenos lotes de terra comercializados por empresas colonizadoras. Sua economia, portanto, se altera para se tornar uma pequena produção mercantil, que abrangia a plantação de milho, trigo, feijão, mandioca, criação de porcos e galinhas, extração da madeira, entre outros (ESPÍNDOLA, 2002).

Os pequenos núcleos urbanos formados pela colonização deram origem a municípios como Cruzeiro do Sul (atual Joaçaba) e depois Caçador e Videira,



especialmente depois da assinatura do Tratado de Limites entre Paraná e Santa Catarina, em 1916, que assinalou o fim político da Guerra do Contestado. Estes três municípios são os maiores da região de estudo, com forte influência em suas hinterlândias, além de apresentar fatores de atratividade regional no que diz respeito à divisão territorial do trabalho. Eles podem ser considerados como cidades que exercem uma centralidade regional.

Para corroborar com a ideia de centralidade, Souza (2020) pontua que:

A centralidade de uma cidade, já se viu, é função, acima de tudo, de sua capacidade de oferecer bens e serviços para outros centros urbanos, estabelecendo, desse modo, uma área de influência. Essa centralidade, portanto, é de natureza, acima de tudo, econômica. Uma cidade será tanto mais complexa e possuirá uma posição tanto mais elevada na hierarquia da rede urbana, quanto mais ela possuir capacidade de ofertar bens e serviços e capturar uma área de influência maior (SOUZA, 2020, p.57).

Essa centralidade faz com que Joaçaba, Caçador e Videira consigam oferecer bens e serviços mais específicos, pois detém diferentes tipos de atividades em seus territórios.

Corrêa, por sua vez, vai trabalhar com cidades primaz, aquela que

concentra a maior parte do comércio atacadista exportador e importador, através do qual toda a região vê viabilizada a sua participação na divisão internacional do trabalho. Concentra, assim, a maior parte da renda, bem como a elite regional de raízes predominantemente fundiária e mercantil. Principal mercado de trabalho urbano, transforma-se no mais importante foco das correntes migratórias de destino urbano (CORRÊA, 2014, p.44).

O autor é pontual quando apresenta a questão da concentração da renda e foco de correntes migratórias, pois dos 28 municípios que fazem parte do Vale do Rio do Peixe, apenas três já citados apresentam os maiores números populacionais e concentração de renda, visto pela maior intensidade da divisão territorial do trabalho. É nesse contexto que pode-se inserir o conceito de rede urbana que, segundo Corrêa (2006)

é simultaneamente uma reflexo *da* e uma condição *para* a divisão territorial do trabalho, historicamente a forma mais avançada na divisão social do trabalho. É um reflexo na medida em que, razão de vantagens locais diferenciadas, verifica-se uma hierarquia urbana e uma especialização funcional caracterizada, entre outros tipos, de cidades industriais, político-administrativas ou portuárias (CORRÊA, 2006, p.26).

Na região do Vale do Rio do Peixe é importante destacar que as atividades econômicas que receberam destaque por muitos anos são relacionados ao agronegócio, à indústria da madeira e outras atividades econômicas como: a produção de calçados, celulose, produtos farmacêuticos, concentradas em Joaçaba, Caçador e Videira. Corrêa



(2006) contribui com a ideia de divisão territorial do trabalho a partir das funções articuladas entre as cidades.

Através das funções articuladas de suas cidades – bancos, comércio atacadista e varejista, indústrias e serviços de transporte, armazenagem, contabilidade, educação, saúde, etc. – que a rede urbana é uma condição para a divisão territorial do trabalho. Através dela se tornam viáveis: a) a produção das diversas áreas agropastoris e de mineração, assim como sua própria produção industrial; b) a circulação entre elas e c) o consumo nelas (CORRÊA, 2006, p.26).

Corrêa (1989, p. 8) pontua que “a rede urbana se constitui em um conjunto de centros funcionalmente articulados, o que por sua vez, reflete e condiciona as transformações econômico-sociais”. A contribuição do autor condiz com o processo de formação de rede urbana no Oeste catarinense pois, ainda na década de 1930, a produção era mercantil e pouco havia ligação entre os municípios. Segundo Corrêa (1989, p.79) a materialização da rede urbana acontece quando “os processos sociais definem e redefinem uma rede urbana não atuam por igual em toda a sua extensão”, isto implica na diferenciação em vários momentos históricos e/ou do presente, ou seja, aquilo que Santos (1977) pontou na formação socioespacial, mostrando que há uma periodização desigual na mesma rede urbana.

Corroborando a parágrafo anterior Santos (2012) explica que a exploração das atividades econômicas gera diferenciações entre as cidades.

A exploração das atividades econômicas consideradas fundamentais exige (e legítima moral e politicamente) a acumulação de investimentos do tipo econômico e muitas vezes também sociais num volume incomparavelmente maior que o destinado ao resto do país. É naturalmente que esses equipamentos atraíam outros tantos, seja na previsão da extensão das atividades econômicas já existentes, seja porque outras atividades já estão instaladas (SANTOS, 2012, p.170).

Neste sentido, analisar a rede urbana é compreender, antes de tudo, sua gênese e dinâmica, isto significa entender o que a levou a alcançar tal estágio de articulação, sem esquecer do processo histórico.

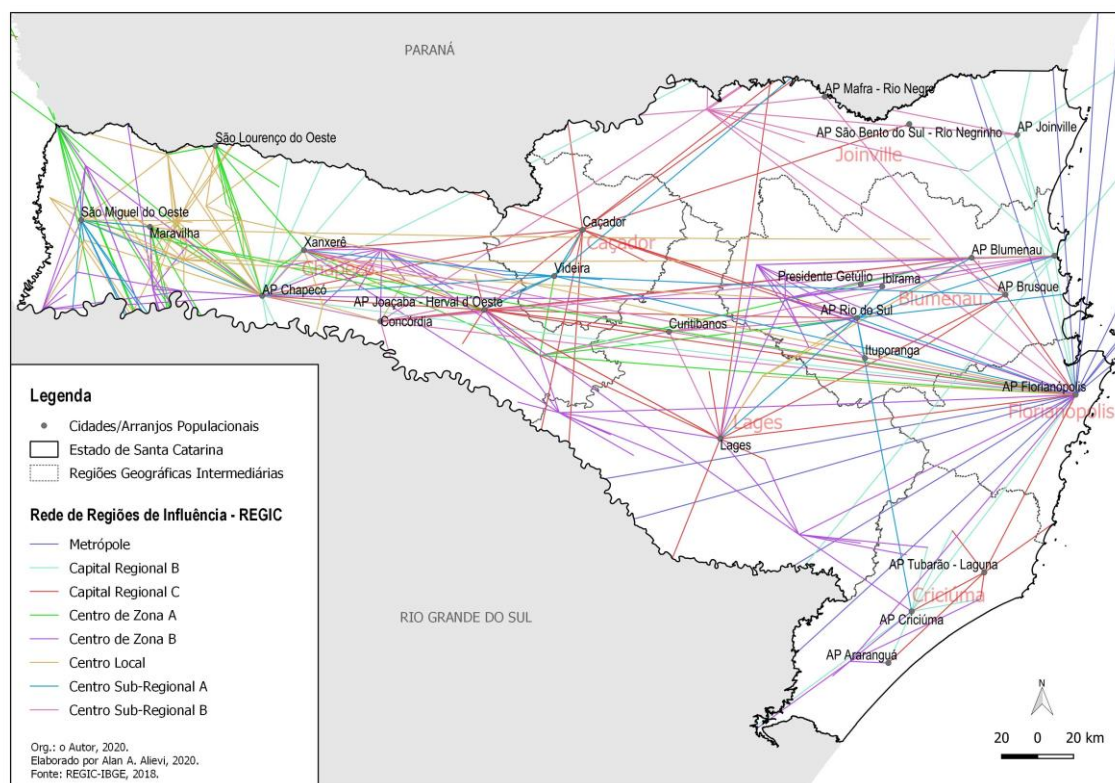
A área em tese, que compreende toda a extensão do Oeste catarinense e o Vale do Rio do Peixe foi ocupada a partir de meados de 1910 por fluxos migratórios de descendentes de italianos (vindo, em sua maioria do Norte do Rio Grande do Sul) e de alemães (Leste de Santa Catarina), que adquiriram pequenos lotes de terras que proporcionaram a agricultura de subsistência, destacando também a formação da indústria de beneficiamento de carne (ESPÍNDOLA, 2002).



Outras atividades econômicas também constituem a rede urbana na área em estudo, tendo como destaque na atividade industrial algumas cidades, tais como: Chapecó (indústria de alimentos, informática, calçados, eletro-metal-mecânico e têxtil); Concórdia (indústria de alimentos); Xanxerê (alimentos); Seara (alimentos); Maravilha (alimentos); Joaçaba (indústria de alimentos, papel celulose, produtos de madeira e de calçados); Caçador (Produtos de madeira, móveis e papel celulose); e Videira (indústria de alimentos), sendo cidades que influenciam outros municípios mesma região e de outras e que recebem influência de áreas mais distantes como é possível observar no Mapa 1.



Mapa 1: Regiões de Influências das Cidades, 2018.



Fonte: IBGE – REGIC (2018). Elaborado por: Alan Alvez Alievi (2020).

O mapa da REGIC (2018) evidencia a formação de rede urbana no estado de Santa Catarina, bem como o nível de hierarquia urbana entre os municípios e as interações espaciais. É interessante notar que no mapa foram destacados os principais municípios que exercem influência na rede urbana, ocupando posições de destaque na hierarquia urbana regional, visto que, em seus territórios, concentram atividades, sobretudo, agroindustriais. A região geográfica intermediária de Chapecó é a que mais tem interações espaciais, conforme é possível ver no mapa acima, visto que, o município de Chapecó influencia diretamente Concórdia, Joaçaba, Xanxerê, entre outros, apresentando uma grande área de influência.

Ao analisar o mapa acima, fica evidente a contribuição de Corrêa (2006) sobre um centro urbano poder estar pelos menos em duas redes, definindo em: a) localidades centrais – cada centro tem sua posição vinculada à distribuição de bens e serviços; e b) irregulares – menos desenvolvidas e mais irregulares, tendo cada centro desempenhando uma atividade singular ou complementar a outros centros.



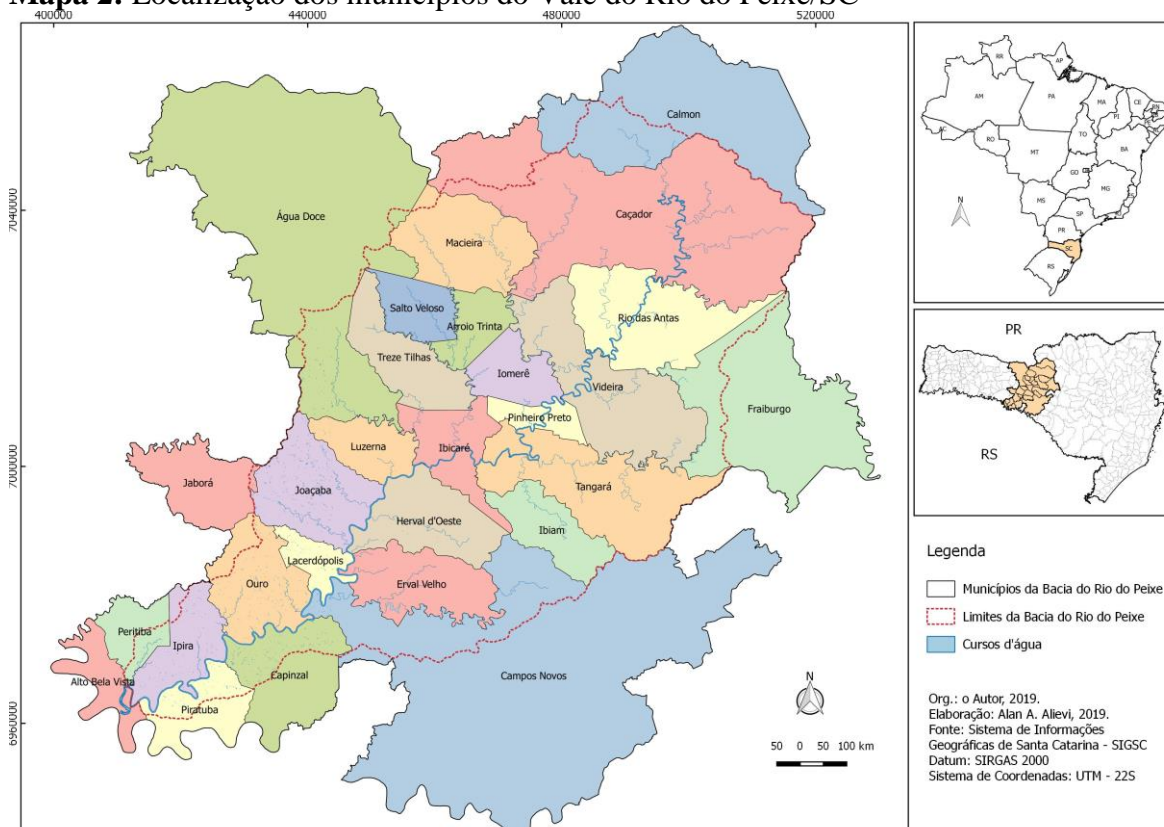
Outro ponto relevante no estudo da rede urbana é a análise do setor produtivo, pois as redes são estruturadas mediante a acumulação de capital, bem como seus complexos de produção, distribuição, circulação e consumo (CASARIL, 2010). Dentro dessa lógica, a localidade que apresentar uma maior complexidade funcional estará articulada com outras redes externas ao Vale do Rio do Peixe e ao Oeste de Santa Catarina.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A região do Vale do Rio do Peixe é composta por 28 municípios com uma população de aproximadamente 385.160 habitantes (SIRHESC, 2021). Localizada no Meio-Oeste de Santa Catarina é palco de vários acontecimentos históricos que marcaram sua transformação socioeconômica quando, ainda no século XIX e início do XX era possível encontrar um modo de vida totalmente diferente do capitalismo. No mapa abaixo é possível observar a localização do vale do Rio do Peixe.



Mapa 2: Localização dos municípios do Vale do Rio do Peixe/SC



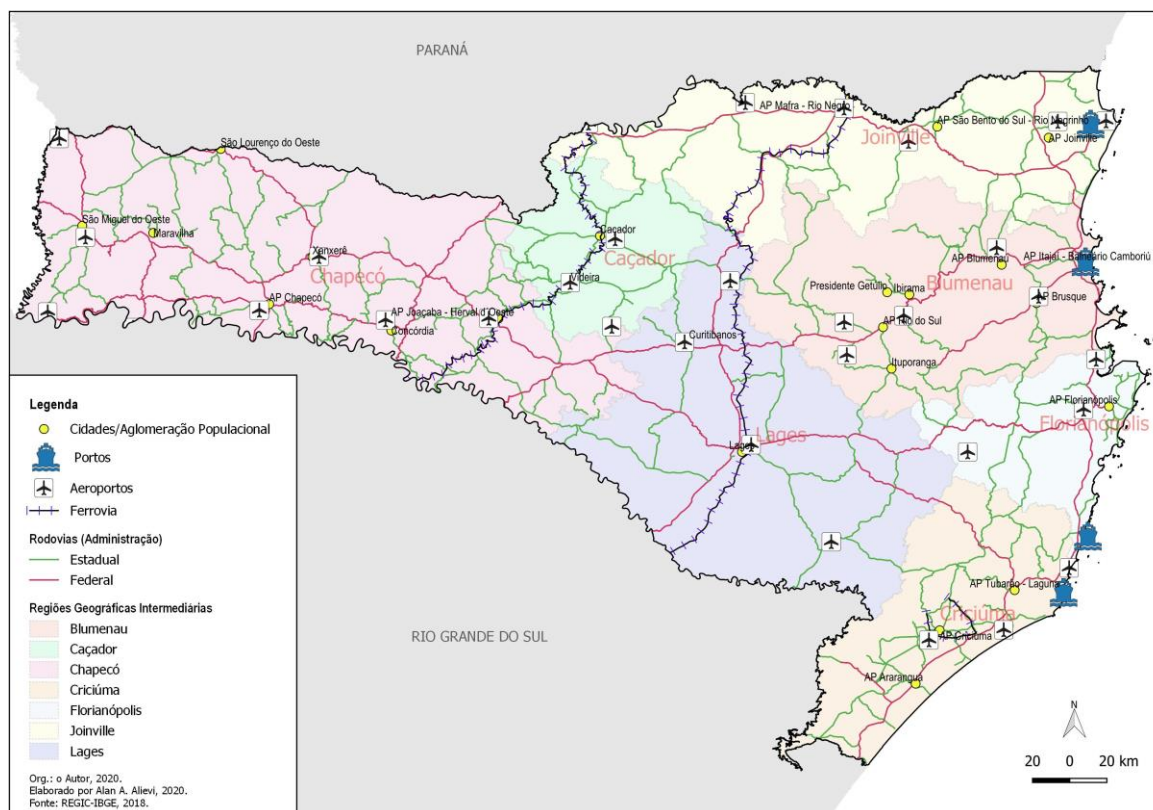
Fonte: Sistema de Informações Geográficas de Santa Catarina – SIGSC. Datum: SIRGAS (2000).
Elaborado por: Alan Alves Alievi (2019).

A população residente na área que abrange o rio do Peixe e seus afluentes era composta por indígenas, posseiros, caboclos e trabalhadores que participaram da construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande que acabam se fixando em terras catarinenses. A sobrevivência era garantida através plantação e criação de animais bem como da caça, da troca e da coleta, que configuram um modo de vida diferente do modelo capitalista, já que não havia a preocupação com a geração de excedentes e promoção de lucros.

Entre os anos de 1912-1916 a região passou um período conhecido como Guerra do Contestado que teve como principais causas o direito do uso da terra pelos moradores que foram expulsos de seu território ancestral ao término da construção da Estrada de Ferro, seja na área de 15 km para cada lado que cabia à Companhia construtora, uma doação do governo de Santa Catarina, seja de outras áreas adjacentes utilizadas para exploração de madeira e posterior colonização direcionada a migrantes e imigrantes de origem italiana e alemã.

Para compreender o processo histórico de formação da região foi utilizado a categoria de formação socioespacial e a REGIC para especializar o vale do Rio do Peixe e as principais cidades-polos conforme a hierarquia urbana proposta pelo IBGE (2018).

Mapa 3: Regiões Intermediárias de Santa Catarina (REGIC, 2018).



Fonte: REGIC (2018). Elaborado por: Alan Alves Alievi (2020).

O mapa das Regiões Intermediárias de Santa Catarina foi utilizado para mostrar as principais cidades da área de estudo, ou seja, Joaçaba e Caçador como capitais regionais C e Videira como centro Sub-regional A, sendo o município de Caçador a região intermediária que influencia Videira e Chapecó influenciando todo o Oeste do estado, inclusive Joaçaba. O mapa também revela como os elementos infraestruturais estão distribuídos espacialmente no estado (rodovias federais e estaduais, ferrovias, aeroportos, portos), sendo que no Meio-Oeste, onde abrangente o Vale do Rio do Peixe há a ferrovia São Paulo – Rio Grande, que está desativada, e apenas uma rodovia federal.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
GEOGRAFIA

EDIÇÃO ONLINE

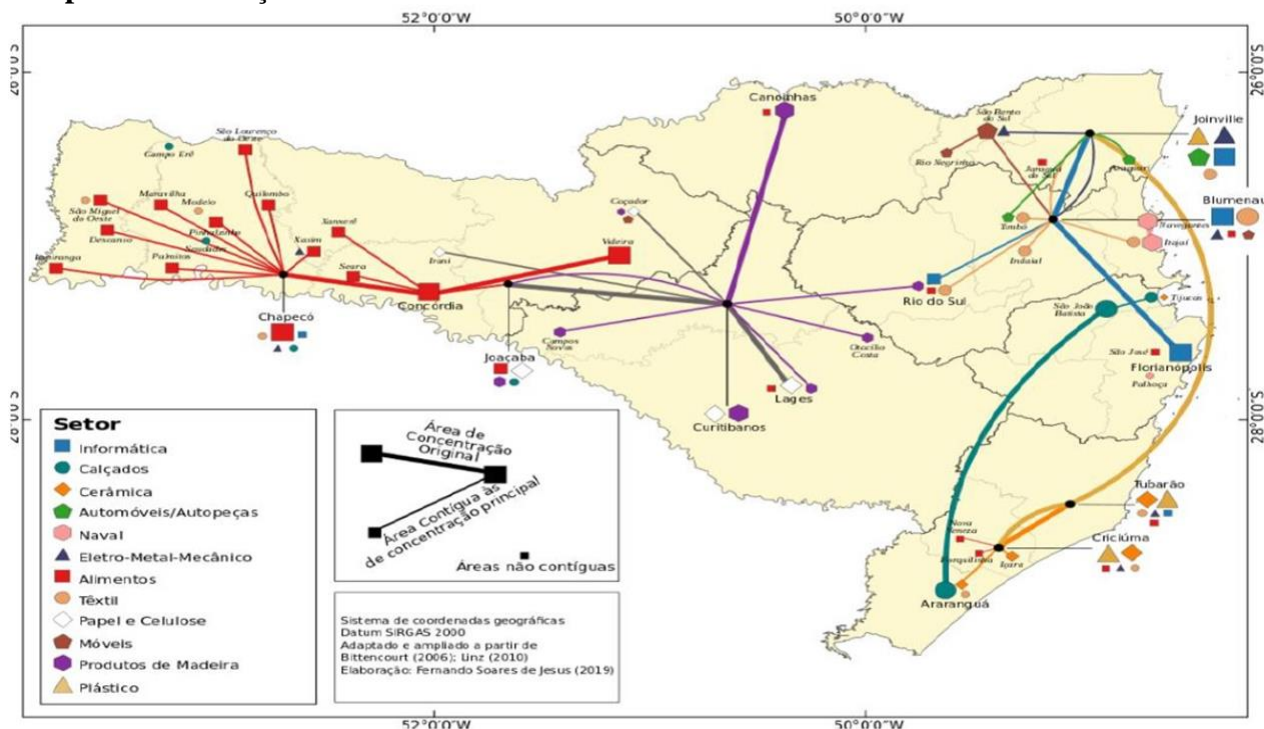
10 À 15 DE OUTUBRO DE 2021

ISSN: 2175-8875

No que diz respeito aos municípios citados ao longo do texto (Joaçaba, Caçador e Videira) o mapa abaixo mostrará as principais atividades econômicas que os compõem.



Mapa 4: Distribuição das atividades industriais em Santa Catarina



Fonte: Elaborando a partir de Lins (2005); Caio e Fernandes (2010). Citado por Espíndola (2020).

É interessante notar a intensidade da divisão territorial do trabalho em alguns municípios de Santa Catarina sobretudo na faixa litorânea. Mas, tratando do Meio-Oeste e Oeste de Santa Catarina pode-se observar as principais cidades do Vale do Rio do Peixe que Joaçaba têm uma maior diversidade no setor industrial frente a Caçador e Videira. Por exemplo, a primeira cidade tem em seu território a indústria de alimentos, produtos de madeira, papel e celulose e de calçados. Já Caçador (papel e celulose, produtos de madeira e móveis) e Videira (alimentos) que representa maior parte da indústria local.

Para finalizar, tem-se a cidade de Chapecó que abrange um setor industrial maior de todo o Oeste Catarinense, influenciando outras regiões do estado como é possível ver no mapa acima, as atividades são: alimentos, informática, calçados, eletro-metal-mecânico e têxtil, exercendo uma centralidade regional que vai além da divisa do estado catarinense.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a formação da rede urbana em escala nacional e regional, foi possível a partir da categoria de análise da Formação Social de Milton Santos, sendo esta, essencial para dar clareza ao estudo dos processos de formação histórico de ocupação na região oeste de Santa Catarina.

Neste sentido, não se pode deixar de lado a evolução, as mudanças históricas e suas relações para obter o histórico-concreto numa dada localidade. As transformações que o ser humano ocasionou ao meio ao longo do processo de intensificação tecnológica trouxeram inúmeras mudanças nos países, regiões e nas cidades, aumentando as interações espaciais entre lugares. No caso do Oeste catarinense, vêm ocorrendo em toda região, incluindo o Vale do Rio do Peixe, seja no campo com a modernização do processo produtivo ou na indústria, ocasionando significativas mudanças na rede urbana e na hierarquia.

Nesse sentido, analisar a formação da rede urbana no Oeste catarinense, precisamente no Vale do Rio do Peixe, permite compreender a dinâmica econômica local iniciada pelo projeto do Governo da República em integrar o interior do país mediante investimentos no setor de transporte ferroviário. A região em pauta tem seu espaço modificado com o projeto econômico de integrar o país no final do século XIX, quando as obras da construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande iniciaram. Mas foi a partir de 1909, com a finalização das obras do trecho que passava por Santa Catarina, que os fluxos migratórios, impulsionadas pela propaganda, deram início no processo de ocupação regional alinhado ao projeto de colonização brasileiro.

A pequena produção mercantil (Espídola, 2002), executada nos pequenos lotes dos colonos, que impulsionou, ao longo do século XX a produção de banha e derivados de suínos originando as agroindústrias, bem como a exploração extensiva de madeira entre outras iniciativas industriais que alcançaram o território nacional e internacional, permitiram que os principais municípios do vale do Rio do Peixe exercessem influência para além dos limites físicos da bacia hidrográfica mediante às atividades econômicas que são fatores de atração regional e nacional, configurando uma divisão territorial do trabalho mais intensa em Joaçaba, Caçador e Videira.



Ao compreender a gênese da hierarquia da rede urbana regional, foi possível entender como as três cidades mais importantes do Vale do Rio do Peixe alcançaram suas posições e como suas hiterlândias atuam no processo de abastecimento de matérias-primas e mão de obra, ou seja, são estas três cidades que exercem a centralidade intra e interregional.

REFERÊNCIAS

- CASARIL, C.C. “Pequenas Cidades” ou “Cidades Locais”? Por uma perspectiva teórico-metodológica atual. **Anais...** XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Porto Alegre, 2010.
- CORRÊA, R. L. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. – 7 ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- ESPÍNDOLA, C. J. **As agroindústrias da carne do Sul do Brasil**. 2002. 261 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo - USP. São Paulo, 2002.
- MEIRINHO, B. C. D. Contestado, a modernização incompleta. In: FRAGA, N. C. (Org.) **Contestado em Guerra: 100 anos do massacre insepulto do Brasil – 1912-2019**. Florianópolis: Insular. 2012. p. 27-44.
- PERTILE, NOELI. **A formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina: o processo de produção de carnes no Oeste catarinense**. 2008. 322 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Florianópolis, 2008.
- SANTOS, M. Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.54, p.81-100, jun. 1977.
- SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. – 6. ed., 2. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Ed. 11. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.
- RADIN, José Carlos. **Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do Oeste catarinense**. 2 ed. Joaçaba: Unoesc, 2001.